

Os tempos perdidos

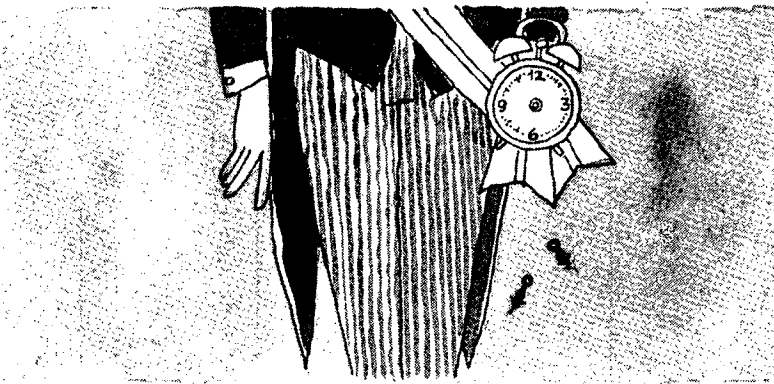
MAURO SANTAYANA

17 MAR 1995

Aconselha-se ao sr. Fernando Henrique Cardoso a leitura, urgente, de *A Imitação de Cristo*, atribuída, entre outros, ao monge Thomas Kempis. Mesmo que se mantenha ateu (se é que ainda guarda esta convicção, abandonadas que foram outras), o presidente da República poderá ver na obra a manifestação da maior de todas as astúcias políticas, da humildade. Foi com essa astúcia que os santos se fizeram e, ao se fazerem, estabeleceram o mais duradouro de todos os sistemas de poder que conhecemos, o da Igreja. Vejamos como é sábia e astuta a primeira das máximas de Kempis: *Memento semper finis et quia perditum non redit tempus*. Devemos nos lembrar sempre do fim, e de que o tempo, uma vez perdido, nunca retornará.

Um grande físico contemporâneo lançou a suspeita de que o tempo, que pensamos absoluto, é uma certa quantidade estocada; nós estamos gastando o que um dia acabará. Se isso é fato para o tempo do universo, jamais saberemos: mas temos a incômoda certeza de que o *nosso* tempo findará, mais cedo do que pensamos, e, em alguns casos, mais tarde do que merecemos. E há mais: o tempo do poder é limitado pelo mandato. Se Deus limita o tempo dos homens, a soberania popular limita o tempo do poder político. O tempo do sr. Fernando Henrique, não obstante o desejo voraz de seu *entourage*, terminará no dia 1º de janeiro de 1999.

Quatro anos passam muito depressa, como todos sabemos e sabem mais ainda os que exercem cargos públicos. Por isso mesmo os governantes têm, para com os



A VERDADE É QUE FHC, COM TODA SUA EXPERIÊNCIA NO SENADO, NÃO ESTÁ ENTENDENDO BEM OS MECANISMOS SUTIS DO PODER.

seus mandatários, e para com a própria consciência, o dever de os ocupar, dia a dia, minuto a minuto, com a certeza de que, ao perder um instante, ele não só o perde de seu estoque pessoal, do mandato e da vida, mas o perde do tempo nacional, do tempo de todos os seus compatriotas. O *tempo político* é o mais sagrado dos tempos que nos são concedidos, porque só ele assegura a realização do homem social, isto é, assegura a paz e a construção coletiva da vida. Mas não é assim que pensam os membros da *Star Chamber* do sr. Fernando Henrique, e não é assim que parece pensar o próprio Chefe de Estado.

A primeira providência que deve tomar alguém que ocupa o Poder deve ser a de ouvir, ouvir muito, ouvir sempre, e não ouvir somente os que lhe dizem as coisas agradáveis. Ouvir coisas agradáveis é privilégio do ócio, e um Chefe de Estado não tem direito

ao ócio. O ato da candidatura é, em si mesmo, uma renúncia ao ócio. Ouvir, em nosso tempo, é *saber*, por todos os meios de comunicação, o que se passa. É ler os jornais, é debruçar-se sobre os informes oficiais, é acompanhar o efeito das providências mais graves de governo, no mesmo momento em que esse efeito é observado. Teria o sr. Fernando Henrique Cardoso sido informado pelo sr. Pedro Malan da chamada *chave de galão* no mercado financeiro, na semana passada? Soube, o presidente da República, a cifra exata das reservas perdidas nos sucessivos leilões do Banco Central? Ou ele também se inclui no *público em geral* ao qual, segundo disse o sr. Pêrsio Arida, não podem ser repassadas tais informações, que constituem os *arcana imperii* desse grupinho de sábios da Mooca?

A verdade é que o sr. Fernando Henrique Cardoso, com toda a sua experiência no Senado, não

está entendendo bem os mecanismos sutis do Poder. E não está entendendo porque tem os olhos amuscados pelo brilho da própria personalidade, que se reflete no seu espelho de todas as manhãs. Conviria que ele procurasse alguma sombra em si mesmo, sob a qual pudesse meditar, se lhe fosse possível, com os livros de Salomão e *A Imitação de Cristo* sob os olhos descansados.

Se o fizer, entenderá que é ainda possível mudar. Que os reis podem ter favoritos; mas os presidentes de República, não. E que os *favoritos*, mesmo nas monarquias absolutas, costumam construir a desgraça dos soberanos, como ocorreu com o segundo dos Stuarts, no caso de Buckingham. Ele não havia sido capaz de agir como agira Elisabeth I, ao admitir a execução do Conde de Essex. A rainha agiu como servidora das razões do Estado, e preservou a Coroa; Charles I agiu como se o Estado dovesse servir às suas razões, e perdeu não só a Coroa, como a cabeça que a ostentava. Isso sem falar em exemplos muito mais próximos no tempo, e tendo como cenário as mesmas salas do Palácio do Planalto, e a presença de alguns dos mesmos áulicos de hoje, que ali se dissimulam com o mimetismo de gatos cinzentos.

É hora de o sr. Fernando Henrique dispensar os amigos e formar o governo.

O AUTOR

Mauro
Santayana
é
jornalista

